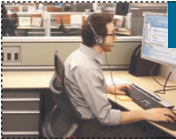


Prioridades para o distrito do Porto

	RESPONDER À EMERGÊNCIA SOCIAL Repór a cobertura dos apoios sociais (complemento solidário para idosos, prestações de combate à pobreza e de apoio aos desempregados) e reforçar o apoio complementar.
	CRIAR EMPREGO Garantir a aplicação das verbas do novo quadro comunitário em projetos de criação de emprego. Promover um programa de reabilitação urbana que crie postos de trabalho e recupere as cidades.
	COMBATER A PRECARIIDADE Os trabalhadores das 48 empresas de trabalho temporário do distrito devem ter contrato com as empresas onde trabalham.
	TRANSPORTES Defender o aeroporto do Porto com gestão pública e manter a Metro do Porto e os STCP como empresas públicas, contratando mais motoristas. Acabar com as portagens nas ex-SCUT.
	REGIONALIZAÇÃO Combate às desigualdades territoriais, exigindo que sejam cumpridos os compromissos financeiros do Estado Central.
	MAIS SAÚDE Reforçar as equipas dos centros de saúde, para garantir assistência domiciliária e cuidados continuados. Articular cuidados primários e urgências hospitalares.
	DEFENDER A ESCOLA PÚBLICA Travar a municipalização do ensino. Bolsa de empréstimo de manuais escolares e reforço da ação social em todos os níveis de ensino.
	COMBATER A DISCRIMINAÇÃO Reforçar os planos de combate à violência de género. Eliminar a discriminação com base na orientação sexual nomeadamente nas dádivas de sangue.
	APOSTAR NA CULTURA Distribuição equilibrada dos apoios à criação. Política de formação de novos públicos, em articulação com as escolas. Valorização da RTP Porto como centro de produção audiovisual.

COM O BLOCO NO DISTRITO DO PORTO

 JOÃO TEIXEIRA LOPES Sociólogo MANDATÁRIO DISTRITAL	 LUÍS MONTEIRO Dirigente Estudantil CANDIDATO	 DOMÍCILIA COSTA Pensionista CANDIDATA	 JORGE CAMPOS Professor Universitário CANDIDATO	 MÁRIO MOUTINHO Ator, Programador CANDIDATO	 MARIA MANUEL ROLA Estagiária CANDIDATA	 SILVESTRE PEREIRA Autarca CANDIDATO	 FERNANDO BARBOSA Trabalhador Metro Porto CANDIDATO
 BÁRBARA VEIGA Designer CANDIDATA	 ALDA SOUSA Professora e ex-eurodeputada	 MIGUEL GUEDES Músico INDEPENDENTE	 ANA LUISA AMARAL Escritora INDEPENDENTE	 ALEXANDRE ALVES COSTA Arquiteto INDEPENDENTE	 MARIA JOSÉ MAGALHÃES Professora, Presidente da UMAP	 GONÇALO AMORIM diretor do FITEI INDEPENDENTE	

#gentedeverdade



CAMPANHA GENTE DE VERDADE



19 SET PORTO
COMÍCIO 15h
Praça dos Poveiros

29 SET STA. MARIA FEIRA
COMÍCIO 21h30
Cine-Teatro António Lamoso

1 OUT BRAGA
COMÍCIO 21h30
Avenida Central

2 OUT PORTO
jantar de encerramento campanha 20h | Alfândega

Bloco

fazer a diferença

ESQUERDA.NET



GENTE DE VERDADE

José Soeiro Candidato pelo Porto | Catarina Martins Porta-voz do Bloco de Esquerda

“O país está ótimo e recomenda-se”. Eis o que nos dizem os que têm governado. E no entanto, basta olharmos à nossa volta para percebermos que não é assim.

Hoje há menos emprego: o Norte perdeu 130 mil postos de trabalho nos últimos quatro anos. Os trabalhos que se encontram são precários ou estagios. Quem perdeu o empre-

go está mais desprotegido: neste distrito, dois terços não recebem subsídio de desemprego. Os salários são mais baixos. Quem vive em aflição tem cada vez menos: mais de metade perdeu o rendimento de inserção. Muitos milhares, nomeadamente jovens, emigraram.

NÃO TINHA DE SER ASSIM
O Porto tem o conhecimento, a universidade e centros de investigação

exemplares, tem o comércio, tem o Douro, tem a força dos seus agentes criativos. Tem sobretudo quem aqui vive e trabalha. E que todos os dias resiste. Os dois deputados do Bloco pelo distrito foram vozes dessa resistência. Bateram-se por quem trabalha e pelos desempregados, contra a precariedade e as discriminações, por respostas contra a pobreza e pelos serviços públicos: transportes,

saúde, educação. Fizemos denúncias e mais de 160 propostas. Conseguiram que várias fossem aprovadas. Assim se conseguiu que hoje se possa escolher os medicamentos genéricos mais baratos. **Precisamos no Parlamento de deputados com causas. Que se batam por elas a sério. E que façam da confiança do voto não um privilégio para si, mas um convite à ação.**



Quem está farto não pode ficar calado.

Nas últimas quatro décadas, Portugal foi governado por PSD, CDS e PS.

Quem não votou em 2011 poderia ter decidido a composição de quase metade do parlamento. Não votando, permitiu uma maioria absoluta de direita e quatro anos de austeridade sob um memorando aprovado pelo PS, PSD e CDS. O resultado está à vista. Quem não vota ou vota em branco, deixa o seu poder nas mãos de outros.

Quem não vota ou vota em branco deixa o seu poder nas mãos de outros.

No final do dia, esse poder acaba nas mãos do costume. Para um protesto eficaz e uma mudança real, o caminho é outro. É preciso lutar e é preciso votar. Eleger deputados de combate, gente de verdade, sem interesses escondidos e com mandato claro. O Bloco de Esquerda fez sempre essa diferença. Não te cales. Vota em quem lhes bate mais forte.

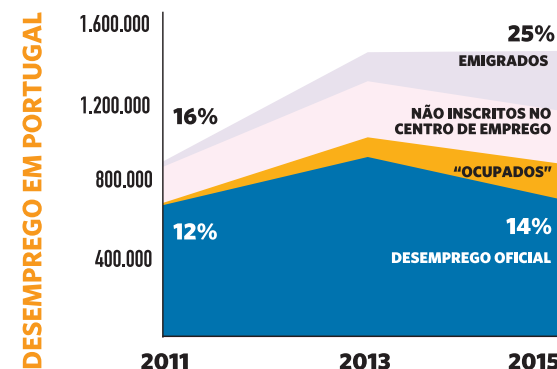
Sabia que

- Em 2011 houve tanta gente a votar PS, PSD e CDS como a abster-se e a votar nulo/branco.
- Com o voto de 45% dos inscritos, PS, PSD e CDS elegeram 206 deputados, ou seja, 90% do total.
- A maioria absoluta PSD/CDS resultou do voto de apenas um terço dos eleitores inscritos.

O GOVERNO MENTE : EMPREGO EM MÍNIMOS, PRECARIEDADE EM MÁXIMOS

Há quatro anos, Passos Coelho prometeu tudo. Fim dos sacrifícios, nada de cortes nas reformas nem aumentos de impostos. Paulo Portas era ainda o chefe do "partido dos reformados" e "do contribuinte". Irrevogável. Depois, foi o que se viu. Portugal afundou-se numa crise que nos deixa a dívida mais alta de sempre. Nesta campanha eleitoral, a direita repete a mentira. Ao jurar que Portugal vai bem e que o desemprego diminuiu, a coligação não respeita as vítimas do seu governo.

Nestes gráficos, desmontamos essa mentira. O desemprego está em máximos históricos, mesmo sem contar com quem só consegue trabalho a tempo parcial. De 2011 para 2015, o número de pessoas empregadas caiu 260 mil. O governo "esquece" os milhares que emigram, esconde os desempregados que já desistiram de ir ao centro de emprego e retiram das contas os "ocupados" em contratos CEI, estágios fraudulentos e outras medidas.



EM CADA 10 NOVOS CONTRATOS, 9 SÃO PRECÁRIOS



Cerca de 70 mil desempregados são explorados em "Contratos Emprego Inserção", obrigados a trabalhar por 80 euros/mês, sob pena de perderem o subsídio de desemprego, que é seu por direito. O mesmo sucede através do Instituto do Emprego e Formação Profissional, que fornece às empresas estagiários descartáveis e pagos em grande parte pela Segurança Social. No final, sete em cada dez voltam para o desemprego.

BLOCO PROPÕE

- > Fim dos falsos Recibos Verdes
- > Fim dos Contratos Emprego Inserção
- > As empresas que não contratem como efetivos pelo menos metade dos estagiários do IEFP devem perder o acesso a novos a programas de estágios
- > Contratação de todos os trabalhadores precários ao serviço do Estado

Portugal pode escolher



PEDRO FILIPE SOARES

PARTIDOS DOS CREDITORES ESTÃO DE ACORDO

BLOCO DE ESQUERDA PROPÕE



MARIANA MORTÁGUA

COMBATER A CORRUPÇÃO

continuar a empobrecer ou recuperar o que é nosso

NEM MAIS UM SACRIFÍCIO PELO EURO

O Bloco quer atacar o enriquecimento injustificado, mas não apenas dos responsáveis públicos. Toda a riqueza sem origem clara e acumulada abusivamente, deve ser taxada a 100%. Cada euro que a corrupção custa às contas públicas é um euro cortado ao Estado Social. É um abuso sobre cada um dos seus cidadãos. O Bloco propôs a criminalização do enriquecimento ilícito desde 2009, mas a lei nunca viu a luz do dia. Em 2015, PS uniu-se a PSD e CDS e tudo ficou como estava. O Bloco exige a total transparência dos políticos e dos altos cargos, alargando a lista de responsáveis com a obrigação de declarar o seu património. Desde membros do governo a consultores ou peritos do Estado, deputados e responsáveis de gabinetes ministeriais. Quem não deve não teme: as declarações patrimoniais devem estar acessíveis aos cidadãos. Se há património não declarado, é crime.

Mais austeridade e corte nas pensões atuais

A ministra das finanças já anunciou: novo corte nas pensões, que pode atingir 600 milhões de euros. O projeto da coligação é continuar a empobrecer o país, empurrar os jovens para a emigração, generalizar os salários baixos e a precariedade. Quem achar que é verdade que, assim, "o país está melhor", aqui tem a sua opção.

Votar na direita é continuar a empobrecer.



PEDRO PASSOS COELHO E ANGELA MERKEL

Mais austeridade e corte nas pensões futuras

O PS recusa a renegociação da dívida e assume a liberalização dos despedimentos. É o programa socialista mais à direita de sempre. Quanto à Segurança Social, António Costa propõe diminuir agora as contribuições dos trabalhadores, mas à custa das pensões futuras. É bem conhecida a política de gastar agora e pagar depois. Já nos saiu cara com as PPPs do governo Sócrates.

Votar no PS é continuar a empobrecer.



ANTÓNIO COSTA E MARTIN SCHULZ

Obedecer à Alemanha, caminho de declínio



Estancar a sangria da dívida

Não podemos viver como escravos dos credores. A renegociação da dívida pode reduzi-la a metade, através de abatimentos, baixa de juros e prazos mais longos. Suspendendo os pagamentos por 3 anos, libertam-se fundos para relançar o investimento e o emprego. Com esses mesmos objetivos, também se deve iniciar uma revolução fiscal sobre fortunas e bens de luxo, com taxa de 100%, fim das borlas no IRC, eliminação da sobretaxa de IRS e reposição dos escalões anteriores à troika, além da reposição do IVA nos 13% para a restauração e nos 6% para a energia.

Começar por quem precisa

Portugal só sai da crise com uma nova distribuição da riqueza. A prioridade do Bloco de Esquerda é quem tem menos apoio. Os recursos obtidos na renegociação da dívida e na reforma fiscal servirão para pagar o acesso de todos os desempregados ao subsídio social de desemprego e para recuperar outros apoios - Rendimento Social de Inserção (RSI), complemento para idosos, abono de família. O Bloco quer também repor salários e pensões cortados acabar com a precariedade dos falsos recibos verdes, Contratos Emprego Inserção (CEI) e empresas de trabalho temporário.

Libertar recursos, investimento público

Se um país tem de escolher entre ser um Estado viável ou ter o euro como moeda, deve escolher ser um Estado viável. Essa é a principal lição a tirar da imposição à Grécia de um terceiro memorando. Face à brutal chantagem alemã e ao apoio dos Partidos Socialistas à política de Angela Merkel, qualquer governo que queira romper com a austeridade e defender o seu país, deve preparar-se para todas as consequências, incluindo o rompimento com a união monetária. O governo grego não estava preparado para esse rompimento, mas a austeridade nunca é caminho e este ultimato à Grécia só levará a mais destruição. Há quatro anos, quando o Bloco defendeu que, em vez de submissão à troika, era necessária uma reestruturação da dívida, todos diziam que era um tema proibido. Hoje é perfeitamente claro que não há saída da crise sem renegociação da dívida e rutura com a austeridade e o tratado orçamental europeu.

#1 Aumento imediato do salário mínimo para **600 euros**
Redução das diferenças salariais nas empresas

#2 Imposto sobre grandes fortunas e **bens de luxo**

#3 Exclusividade dos profissionais da **Saúde Pública**
Controlo público dos hospitais que são PPP

#4 Acesso a **creches** públicas
Eliminação dos exames no **ensino básico**

#5 Reforma aos 65 anos de trabalho ou 40 anos de descontos

#6 **Punição da poluição:** quem polui deve assegurar a reparação do ecossistema

#7 Não à privatização dos **transportes**
Passe grátis para desempregados
Reposição de descontos para estudantes e mais de 65 anos.

#8 **Transparência.** Proibição de negócios entre o Estado e qualquer entidade sedada em paraísos fiscais em offshore